

DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

No contrato de *factoring*, quais são as obrigações do faturizador?

2ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Qual é a finalidade e quais são as garantias das cédulas e notas de crédito?

3ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Quais são as obrigações do franquiado?

Obs.: UM PONTO PARA O CONCEITO EM RELAÇÃO À CORREÇÃO DA LINGUAGEM, CLAREZA DE EXPOSIÇÃO, LETRA LEGÍVEL, RACIOCÍNIO LÓGICO E JURÍDICO, E OBJETIVIDADE.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO (VALOR: SEIS PONTOS) :

A Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, representando as empresas de importação e exportação baseadas no Estado, impetrou Mandado de Segurança Coletivo, com pedido de liminar, contra ato do Sr. Diretor da Receita Estadual, objetivando suspender os efeitos da portaria especial do *drawback* sobre a exportação do produto com insumo importado a ele agregado, para exigir a comprovação de exportação das mercadorias para fruição do benefício na importação, com a conseqüente isenção tributária. Argumenta que a exigência é ilegal e abusiva, pois o benefício isentivo é possível com o simples registro no sistema de *drawback*. Afirma que a exigência fazendária caracteriza *bis in idem*. Deferida a liminar, a autoridade coatora prestou as informações pedindo a revogação da liminar e a denegação do *writ*, defendendo a legalidade da resolução sob o fundamento de que o regime de *drawback* impõe operação real de exportação, não se coadunando com ato fictício, e não se caracterizando *bis in idem*. O representante do M.P., em ofício, opina desfavoravelmente à pretensão do impetrante.

Sendo este o relatório, fundamente e decida, na forma de sentença.

2ª QUESTÃO (VALOR: UM PONTO E MEIO) :

Octavio Augusto constrói casa no Município de Petrópolis, situada em esquina entre duas ruas não pavimentadas; a Prefeitura asfalta a ambas. Seria possível o Poder Público exigir duas diferentes contribuições de melhoria? Justifique, informando, ainda, a espécie de lançamento.

3ª QUESTÃO (VALOR: UM PONTO E MEIO) :

Considerando que a propriedade de um bem imóvel só se transmite após o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis competente, após a comprovação de que o ITBI já foi pago, deve-se entender que o ITBI é tributo recolhido antes da ocorrência do fato gerador. O candidato viabiliza plausibilidade jurídica para proceder impugnação administrativa? Fundamente.

Obs.: UM PONTO PARA O CONCEITO EM RELAÇÃO À CORREÇÃO DA LINGUAGEM, CLAREZA DE EXPOSIÇÃO, LETRA LEGÍVEL, RACIOCÍNIO LÓGICO E JURÍDICO, E OBJETIVIDADE.